

## **ESTATUTOS DO SPORTING CLUBE DE BRAGA**

### **CAPÍTULO I**

#### **DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

##### **ARTIGO 1º**

##### **DENOMINAÇÃO**

- 1 - O Sporting Clube de Braga, é uma associação desportiva constituída em dezanove de fevereiro de mil novecentos e vinte e um, reconhecida como de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei número quatrocentos e sessenta barra setenta e sete, publicado no "Diário da República", II série, número duzentos e noventa, de onze de Setembro de mil novecentos e oitenta e um.
- 2 - O Sporting Clube de Braga designa-se abreviadamente pelas iniciais S.C.B. e é constituído por sócios, filiais, delegações e "Castros".
- 3 - Os sócios do Sporting Clube de Braga designam-se por "GUERREIROS" ou "GUERREIROS DO MINHO".

##### **ARTIGO 2º**

##### **SEDE**

O S.C.B. tem a sua Sede social na Cidade Desportiva do SC Braga, sita na Avenida Olímpica, n.º 132, União de Freguesias de Real Dume e Semelhe, 4700-083 Braga, mas as instalações desportivas poderão situar-se noutros locais nacionais ou internacionais.

##### **ARTIGO 3º**

##### **FINS**

- 1 - O S.C.B. visa o engrandecimento e prestígio do desporto português, tendo por fins específicos:
  - a) Promover o desenvolvimento cultural, educacional e social, assim como o bem-estar físico dos seus sócios;
  - b) Desenvolver entre os sócios a prática do desporto, proporcionando-lhes meios de recreio e cultura;
  - c) Concorrer a provas desportivas profissionais e amadoras, de carácter oficial e particular.

2 – O clube patrocina, incita e promove a prática desportiva de todos os cidadãos, podendo, para tanto, associar-se a iniciativas de entidades terceiras, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, que reflectam essas finalidades.

3- Tendo em vista a obtenção de receitas para a realização dos seus fins específicos, poderá exercer quaisquer actividades económicas, mesmo em associação com terceiros.

4 - O S.C.B. é uma associação desportiva respeitadora e promotora dos direitos humanos de todos, que rejeita toda e qualquer forma de discriminação racial, étnica, sexual, social, ideológica ou religiosa.

#### ARTIGO 4º

##### FORMAÇÃO E ACADEMIA

1. O projecto de formação do S.C.B. desenvolve-se dentro e fora das fronteiras geográficas do concelho e do país, no estrito cumprimento de uma visão holística e integrada da formação dos jovens talentos desportivos, sempre respeitadora dos valores e prestígio da instituição.

2. No âmbito da promoção da prática desportiva, a formação de crianças e jovens assume prioridade central na actividade do clube, devendo ser-lhe afectada, de forma plurianual, recursos financeiros, humanos e técnicos adequados;

3. A formação a que se refere o número anterior deve visar dotar os atletas dos vários escalões dos mais elevados padrões físicos e técnicos, mas também éticos e de “fair-play”.

4. Para a realização desta finalidade o S.C.B. afectará o complexo desportivo destinado à sua “Academia”, aí centralizando todas as valências infra-estruturais, técnicas e recursos humanos necessários.

#### CAPÍTULO II

##### INSIGNIAS

#### ARTIGO 5º

##### DENOMINAÇÃO

As insígnias do S.C.B. são:

1 - Emblema;

2 - Bandeira.

## ARTIGO 6º

### EMBLEMA

O Emblema do S.C.B. corresponde à imagem representativa do clube, cabendo aos sócios a sua aprovação em Assembleia Geral.

## ARTIGO 7º

### BANDEIRA

1 - A Bandeira tem as seguintes cores:

- a) Vermelha, a metade esquerda;
- b) Branca, a metade direita.

2 - A Bandeira tem ao centro o emblema e a denominação do S.C.B. por extenso.

## ARTIGO 8º

### PRESENÇA DA BANDEIRA

A Bandeira estará presente em todas as solenidades do S.C.B. e em todas as outras por decisão expressa da Direcção.

## ARTIGO 9º

### HASTEAR DA BANDEIRA

A Bandeira do S.C.B. é hasteada mediante deliberação da Direcção:

- a) Em dias festivos ou actos importantes do S.C.B.;
- b) A meia haste, em dias de luto nacional, por falecimento de membro de órgãos sociais ou outros acontecimentos relevantes.

## ARTIGO 10º

### CONDUÇÃO DA BANDEIRA

A condução da Bandeira do S.C.B., em actos públicos, será confiada a quem a Direcção entender por conveniente.

## CAPÍTULO III

### EQUIPAMENTOS

## ARTIGO 11º

### COMPOSIÇÃO

1 - O equipamento a envergar pelos atletas do S.C.B. deverá ostentar o emblema do clube e compõe-se de:

a) Camisola vermelha, com manga ou meia manga branca (salvo equipamentos de modalidades em que por natureza não incluam mangas), calção branco e meias vermelhas com canhão branco;

b) Excecionalmente poder ser utilizado equipamento diferente, quando regulamentarmente ou outros motivos justificáveis o imponham, sendo sempre obrigatória a ostentação do emblema.

2 – As equipas do S.C.B. podem ainda adotar equipamentos alternativos, sempre que tal se mostre necessário ou conveniente à atividade desportiva a desenvolver pelas suas modalidades em determinada competição.

#### CAPÍTULO IV

##### SÓCIOS

##### ARTIGO 12º

##### ADMISSÃO

1 - Podem ser admitidos como sócios do S.C.B. todas as pessoas de qualquer idade.

2 - Os menores só podem ser admitidos com autorização dos seus representantes legais.

3 - A admissão de sócios poderá ser limitada quando os superiores interesses do S.C.B. o justifiquem.

##### ARTIGO 13º

##### INSCRIÇÃO

A inscrição será feita mediante proposta de modelo adoptado.

##### ARTIGO 14º

##### CATEGORIAS

1 - Os sócios do S.C.B. são inscritos nas seguintes categorias:

- a) Honorários;
- b) Beneméritos;
- c) De Mérito; e
- d) Contribuintes.

2 - Os sócios poderão pertencer a mais que uma categoria.

3- Os sócios Contribuintes podem ter uma das seguintes subcategorias de sócio, entre outras conforme decisão dos associados em Assembleia Geral:

- a) Sócios Correspondentes;

b) Sócios Atletas.

#### ARTIGO 15º

##### SÓCIOS HONORÁRIOS

1 - São sócios honorários as pessoas singulares ou colectivas que a Assembleia Geral deliberar merecedoras de tal distinção.

2 - As propostas para tal deverão ser apresentadas à Assembleia Geral por qualquer dos Órgãos Sociais ou pelo número mínimo de quinhentos sócios e devidamente fundamentadas.

#### ARTIGO 16º

##### SÓCIOS BENEMÉRITOS

1 - São sócios beneméritos as pessoas singulares ou colectivas que ao S.C.B. tenham prestado atos de benemerência e que a Assembleia Geral delibere dignas de tal distinção.

2 - As propostas deverão ser apresentadas nos termos do número dois do artigo anterior.

#### ARTIGO 17º

##### SÓCIOS DE MÉRITO

1 - São sócios de mérito os sócios que por relevantes e distintos serviços prestados ao S.C.B., mereçam por deliberação da Assembleia Geral tal distinção.

2 - As propostas deverão ser apresentadas nos termos do número dois do artigo décimo quinto.

#### ARTIGO 18º

##### SÓCIOS CONTRIBUINTES

1 - São sócios contribuintes as pessoas singulares que contribuam com as suas quotas.

2 - Por proposta da Direcção, a Assembleia Geral deliberará sobre o valor das quotas, podendo existir valor de quota diferenciada em função da tipologia de sócio.

#### ARTIGO 19º

##### SÓCIOS CORRESPONDENTES

São sócios correspondentes os que, tendo residência permanente fora do distrito de Braga, contribuam para a expansão e engrandecimento do S.C.B..

## ARTIGO 20º

### SÓCIOS ATLETAS

São sócios atletas os que prestam ao S.C.B. a sua colaboração como praticantes amadores de qualquer modalidade desportiva, inscritos nas associações respectivas.

## ARTIGO 21º

### DEVERES DOS SÓCIOS

Constituem deveres dos sócios do S.C.B.:

- a) Honrar e prestigiar o S.C.B., contribuindo para a sua expansão e engrandecimento;
- b) Pagar as quotas até ao último dia do mês a que respeitam;
- c) Cumprir os Estatutos e os Regulamentos do S.C.B.;
- d) Cumprir as deliberações dos Órgãos Sociais;
- e) Desempenhar com zelo, dedicação, assiduidade e entusiasmo os cargos para que sejam eleitos ou nomeados;
- f) Participar nas reuniões da Assembleia Geral e outras;
- g) Possuir cartão de identificação de sócio e apresentá-lo, sempre que for solicitado, e não cedê-lo a outrem para fins contrários aos presentes estatutos, aos regulamentos internos ou à lei;
- h) Zelar pelo património e defender a história, os valores, o bom nome e insígnias do S.C.B.;
- i) Sempre que ocorra mudança de domicílio, informar o clube dessa circunstância no prazo máximo de 60 dias.

## ARTIGO 22º

### DIREITOS DOS SÓCIOS

Constituem direitos dos sócios:

- a) Participar e votar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) Propor novos sócios;
- c) Eleger e ser eleito para os Órgãos Sociais, nas condições previstas nestes Estatutos,
- d) Examinar nos cinco dias úteis anteriores à respectiva reunião da Assembleia Geral, o Orçamento Geral, o Relatório e Contas da Direcção, bem como verificar a escrita do S.C.B. e os documentos com interesse para a sua apreciação;

- e) Requerer reunião da Assembleia Geral, nos termos da alínea e) do artigo quinquagésimo quarto;
- f) Apresentar protesto, perante os respectivos Órgãos Sociais, contra as suas decisões e resoluções;
- g) Frequentar as instalações sociais e desportivas do S.C.B., nos termos regulamentares.

#### ARTIGO 23º

##### EXCLUSÃO DE SÓCIO

- 1 - Poderá ser excluído o sócio que completar mais de um ano de atraso no pagamento de quotas.
- 2 – Para efeitos do número anterior, o sócio em falta será notificado para a morada que constar do seu registo de sócio, devendo ser concedido prazo para regularizar as quotas em atraso ou apresentar motivo válido para justificar o atraso.
- 3 – Só será decretada a exclusão se o sócio, notificado nos termos do número 2, não regularizar a situação, nem apresentar qualquer motivo válido para justificar o não pagamento das quotas.

#### ARTIGO 24º

##### SUSPENSÃO DE DIREITOS E DEVERES

1. Pode solicitar a suspensão *dos direitos e deveres* o sócio que se encontre nas situações seguintes:
  - a) Desemprego devidamente comprovado, enquanto tal situação se verificar; e
  - b) Doença prolongada devidamente comprovada, enquanto tal situação se verificar.
2. Para prova das situações referidas nas alíneas do número anterior, a cada 06 (seis) meses o sócio deve apresentar ao clube documento emitido pelas entidades públicas competentes para o efeito, sob pena de cessar automaticamente o efeito suspensivo referido.

#### ARTIGO 25º

##### ACESSO A DADOS PESSOAIS

As operações de tratamentos de dados pessoais decorrentes dos presentes estatutos respeitam integralmente o disposto na legislação em vigor, assegurando-se nomeadamente o direito de acesso, rectificação e apagamento.

## CAPÍTULO V

### DISTINÇÕES

#### ARTIGO 26º

##### ATRIBUIÇÃO

1 - São atribuídas aos sócios, pelo seu valor desportivo, dedicação ou elevado mérito demonstrados, as seguintes distinções:

- a) Louvor;
- b) Láurea de ouro;
- c) Láurea de prata;
- d) Láurea de bronze.

2 - As distinções referidas nas alíneas anteriores serão atribuídas pela Assembleia Geral por proposta dos Órgãos Sociais aos sócios, que individual ou colectivamente, se notabilizem por feitos dignificantes em prol do S.C.B..

3 - São ainda atribuídos emblemas de dedicação aos sócios com vinte e cinco, cinquenta e setenta e cinco anos de inscrição seguidos ou interpolados, respectivamente em prata, ouro e diamante. Para além dos emblemas de dedicação, serão também atribuídos diplomas alusivos àquelas efemérides.

#### ARTIGO 27º

##### PRÉMIO "JOSÉ ANTUNES GUIMARAES"

1 - O prémio "José Antunes Guimarães" visa honrar sócios, dirigentes, funcionários e atletas, que se tenham distinguido ao serviço do S.C.B..

2 - A atribuição do prémio constante do número anterior, será da competência da Assembleia Geral, de acordo com regulamento próprio e mediante proposta devidamente fundamentada dos Órgãos Sociais.

#### ARTIGO 28º

##### GALA "LEGIÃO DE OURO"

1 - Realiza-se anualmente a Gala "Legião de Ouro", durante a qual todas as distinções são entregues aos agraciados.

2 - A data e organização da Gala compete à Direcção.



## CAPÍTULO VI

### DISCIPLINA

#### ARTIGO 29º

##### PENALIDADES

Ao sócio que infringir os seus deveres para com o S.C.B. serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Repreensão registada;
- c) Suspensão de direitos até três meses e sempre sujeita a aprovação pela Assembleia Geral;
- d) Suspensão de direitos até um ano e sempre sujeita a aprovação pela Assembleia Geral;
- e) Exclusão sempre sujeita a aprovação pela Assembleia Geral, salvo no caso previsto nos Artigos 23.º e 111.º em que tal exclusão opera automaticamente com o cumprimento dos requisitos previstos nessa norma, cabendo à Direção a sua execução no âmbito das competências que lhe são conferidas pelo n.º 2 do Artigo 65.º.

#### ARTIGO 30º

##### MANUTENÇÃO DE DEVERES

O sócio punido ao abrigo das alíneas c) e d) do artigo vigésimo nono não fica isento dos seus deveres expressos nas alíneas a), c) d), g) e h) do artigo vigésimo primeiro.

#### ARTIGO 31º

##### ACÇÕES PUNÍVEIS

É punido disciplinarmente o associado que:

- a) Não cumpra os Estatutos ou Regulamentos do S.C .B.;
- b) Com a sua conduta ofenda ou prejudique intencionalmente o S.C.B.;
- c) Injurie, difame ou atente contra o prestígio e o bom nome do S.C.B. e bem assim dos membros dos Órgãos Sociais, seus delegados ou representantes, por causa das respectivas funções;
- d) Incorra em factos ilícitos de que derivem prejuízos morais ou materiais para o S.C.B.;
- e) Manifeste mau comportamento moral e cívico, como atleta ou assistente;

f) Adotar comportamento que direta ou indiretamente, no âmbito do S.C.B. ou sociedades por si participadas, não seja condizente com os princípios e valores defendidos pelo clube ou que afete o seu bom nome, honra e reputação.

#### ARTIGO 32º

##### COMPETÊNCIA DISCIPLINAR

1 – As penalidades referidas nas alíneas c), d) e e) do artigo vigésimo nono, são da competência da Assembleia Geral, mediante proposta fundamentada dos Órgãos Sociais, com base em processo disciplinar.

2 – As penalidades previstas nas alíneas a) e b) do artigo vigésimo nono, são da competência da Direcção, após audição prévia e notificação ao infractor.

3 – A competência disciplinar para punir os sócios em exercício de cargos nos Órgãos Sociais caberá conjuntamente aos Presidentes da Assembleia Geral, Direcção, Conselho Fiscal e Conselho Geral, após apreciação do processo disciplinar competente.

#### ARTIGO 33º

##### PRODUÇÃO DE EFEITOS

As penalidades só produzirão os seus efeitos após notificação ao sócio a sancionar, mediante carta registada com aviso de recepção, considerando-se que a notificação produz efeitos a partir do dia útil seguinte à sua recepção.

#### ARTIGO 34º

##### INQUÉRITOS OU PROCESSOS

A instauração de inquéritos ou processos disciplinares é da exclusiva competência dos Órgãos Sociais.

#### ARTIGO 35º

##### READMISSÃO DE SÓCIO EXCLUÍDO

A readmissão de qualquer sócio excluído terá de ser aprovada pela Assembleia Geral.

#### CAPÍTULO VII

##### PATRIMÓNIO SOCIAL

#### ARTIGO 36º

##### CONSTITUIÇÃO

O património social do S.C.B. é constituído por bens móveis, imóveis e outros bens ou valores, devidamente inventariados.

## ARTIGO 37º

### COMPARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS

Cada sócio concorre para o património social com uma quota mensal em valor fixado pela Assembleia Geral.

## ARTIGO 38º

### RECEITAS

Constituem receitas do S.C.B. o valor das quotas, os produtos da realização da actividade desportiva e económica, o rendimento de bens próprios e o produto da sua alienação ou oneração e outros rendimentos ou valores que por lei ou destinação lhe venham a pertencer.

## ARTIGO 39º

### DESPESAS

As despesas ordinárias resultam da normal actividade administrativa, desportiva e cultural do S.C.B., sendo extraordinárias todas as outras.

## CAPÍTULO VIII

### ÓRGÃOS SOCIAIS

#### SECÇÃO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

## ARTIGO 40º

### ÓRGÃOS SOCIAIS

1 – São Órgãos Sociais do S.C.B.:

- a) Assembleia Geral;
- b) Direcção;
- c) Conselho Fiscal; e
- d) Conselho Geral.

2 – Os membros dos Órgãos Sociais referidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 são eleitos em Assembleia Geral dos associados.

## ARTIGO 41º

### DURAÇÃO DO MANDATO

O mandato dos membros dos Órgãos Sociais terá a duração de quatro anos.

## ARTIGO 42º

### EXERCÍCIO DE FUNÇÕES

Os membros dos Órgãos Sociais manter-se-ão em exercício nas respectivas funções até à posse dos que lhes sucederem.

## ARTIGO 43º

### DEMISSÃO

1 - Os Presidentes da Direcção, do Conselho Fiscal e do Conselho Geral podem demitir-se do exercício do seu mandato, mas a eficácia deste acto depende da aceitação por parte do Presidente da Assembleia Geral, a quem os pedidos terão de ser dirigidos por escrito, devendo qualquer decisão ser comunicada no prazo de quinze dias após audição do Conselho Geral.

2 - Os restantes membros dos Órgãos Sociais podem demitir-se pela mesma forma, dirigindo-se aos Presidentes dos Órgãos a que pertencem.

3 - O Presidente da Assembleia Geral, deverá pedir a sua demissão à própria Assembleia Geral.

## ARTIGO 44º

### SUBSTITUIÇÃO

1 - Nos casos de demissão de qualquer dos Presidentes dos Órgãos Sociais do S.C.B., o Conselho Geral proporá a sua substituição à Assembleia Geral, para completar o mandato em exercício.

2 - Nos casos de demissão conjunta de todos os Presidentes dos Órgãos Sociais do S.C.B., promover-se-á à abertura imediata do processo eleitoral, para completar o mandato em exercício, a desencadear pelos Órgãos Sociais em funções, sem prejuízo do previsto no artigo 42º destes Estatutos.

3 - Na falta de candidaturas para completar o mandato em exercício e no caso do não cumprimento do disposto no artigo quadragésimo segundo destes mesmos Estatutos por parte dos Órgãos Sociais demissionários, o Conselho Geral promoverá a realização da Assembleia Geral em ordem à normalização da vida do S.C.B.

## ARTIGO 45º

### GRATUITIDADE DOS CARGOS

- 1 - Os membros dos Órgãos Sociais exercerão gratuitamente os seus cargos com assiduidade e zelo.
- 2 - Excepcionalmente, e por deliberação da Direcção, o exercício dos cargos poderá ser compensado sendo aquela previamente comunicada ao Conselho Geral.
- 3 - Quando os membros dos Órgãos Sociais tiverem de deslocar-se em serviço do S.C.B., terão direito ao recebimento das despesas de deslocação, estadia, representação e, eventualmente, de seguro.

## ARTIGO 46º

### INCOMPATIBILIDADE DE CARGOS

O desempenho de cargos nos Órgãos Sociais do S.C.B. é incompatível com o exercício de qualquer outro cargo em Clubes ou Sociedades que participem em competições oficiais com o S.C.B. ou em competições com sociedades desportivas participadas pelo S.C.B. .

## ARTIGO 47º

### IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

Aos membros dos Órgãos Sociais é atribuído um cartão de identificação, de modelo especial, com a designação do cargo.

## ARTIGO 48º

### DELIBERAÇÕES

As deliberações dos Órgãos Sociais, sem prejuízo de outras disposições consignadas nos Estatutos, serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo voto de qualidade o respectivo Presidente.

## ARTIGO 49º

### REGISTO DAS DELIBERAÇÕES

- 1 - As deliberações dos Órgãos Sociais serão lavradas em acta.
- 2 - A acta será submetida a aprovação do Órgão respectivo, podendo as deliberações tomadas ser logo aprovadas em minuta.
- 3 - As actas das reuniões da Assembleia Geral poderão ainda ser redigidas e assinadas pela Mesa, se não houver oposição da maioria dos membros presentes da Assembleia.

## SECÇÃO II

### ASSEMBLEIA GERAL

#### ARTIGO 50º

#### CONSTITUIÇÃO

- 1- A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios maiores de idade, no pleno gozo dos seus direitos, reunidos mediante convocatória nos termos estatutários e, nela, reside o supremo poder do S.C.B..
- 2- A Mesa da assembleia é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e dois Secretários.

#### ARTIGO 51º

#### SOBERANIA

A Assembleia Geral é soberana nas suas deliberações.

#### ARTIGO 52º

#### COMPETÊNCIA

A Assembleia Geral tem, entre outras previstas na lei e nos Estatutos, as competências a seguir designadas:

- 1) Apreciar e votar o Relatório e Contas da Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal relativos a cada ano económico;
- 2) Eleger e destituir, em Assembleia Extraordinária expressamente convocada para o efeito e com proposta fundamentada, os Presidentes dos Órgãos Sociais;
- 3) Aprovar a importância das quotas dos sócios;
- 4) Confirmar ou alterar a importância das quotas que, em caso de urgência justificada, a Direcção tenha fixado;
- 5) Aprovar, interpretar, alterar ou revogar os Estatutos, velar pelo seu cumprimento e resolver os casos omissos;
- 6) Apreciar o Parecer do Conselho Fiscal, bem como votar o Orçamento Geral relativo às actividades do S.C.B.;
- 7) Apreciar e julgar os recursos para ela interpostos;
- 8) Deliberar sobre as propostas que lhe sejam apresentadas pelos Órgãos Sociais ou pelos sócios;

- 9) Proceder à entrega das distinções a que se refere o número um e três do artigo vigésimo sexto;
- 10) Proceder à aplicação das penalidades resultantes do previsto nas alíneas c), d) e e) do artigo vigésimo nono e do estipulado no artigo trigésimo quinto;
- 11) Aprovar a constituição de qualquer tipo de ónus sobre bens imóveis do S.C.B..
- 12) Eleger os membros dos Órgãos Sociais do S.C.B., conforme previsto nestes Estatutos.

#### ARTIGO 53º

##### REUNIÕES ORDINÁRIAS

A Assembleia Geral reunirá em sessão ordinária:

- a) Anualmente, preferencialmente até 31 de Outubro, para apreciar, aprovar o Orçamento Geral e ratificar os actos já praticados até à sua aprovação, o Relatório e Contas da Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal;
- b) Em cada quadriénio para a eleição dos Presidentes dos Órgãos Sociais.

#### ARTIGO 54º

##### REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária:

- a) Sempre que o Presidente da Assembleia Geral entender necessário;
- b) A solicitação da Direcção;
- c) A solicitação do Conselho Fiscal;
- d) A solicitação do Conselho Geral;
- e) A requerimento de sócios com pelo menos cinco mil votos, no pleno gozo dos seus direitos.

#### ARTIGO 55º

##### SOLICITAÇÕES E REQUERIMENTO AO

##### PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

- 1 - As solicitações previstas nas alíneas b), c) e d) e o requerimento referido na alínea e) do artigo anterior, deverão ser dirigidos e fundamentados, por escrito, ao Presidente da Assembleia Geral, deles constando necessariamente, uma proposta de ordem de trabalhos.
- 2 - O requerimento referido na alínea e) do artigo anterior deverá conter o nome legível, número de sócio, a assinatura e o seu número de votos.

3 - Nos casos referidos nas alíneas b), c) e d) do artigo anterior; o Presidente deverá convocar a Assembleia Geral no prazo de quinze dias, após a recepção da solicitação.

4 - No caso previsto na alínea e) do artigo anterior, o Presidente deverá convocar a Assembleia Geral no prazo de quinze dias, após a recepção do requerimento.

5 - As reuniões convocadas nos termos da alínea e) do artigo anterior, não se realizarão sem a presença dos sócios requerentes titulares de pelo menos dois terços dos respectivos votos, sendo feita uma única chamada no início da sessão, pela ordem em que os nomes estão dispostos no requerimento.

6 - A falta de "quórum" prevista no número antecedente inibirá os sócios requerentes faltosos, que não justifiquem a falta ao Presidente da Assembleia Geral no prazo de cinco dias, de usar da faculdade que lhes é conferida pela alínea e) do artigo quinquagésimo quarto, pelo período de 04 (quatro) anos.

#### ARTIGO 56º

##### CONVOCAÇÃO

As reuniões de Assembleia Geral serão convocadas pelo seu Presidente através de um anúncio afixado na Sede social do S.C.B. e publicado em pelo menos um dos jornais diários da cidade de Braga, bem como no website do S.C.B.

#### ARTIGO 57º

##### PRAZO DE CONVOCAÇÃO

O prazo mínimo de antecedência para publicação da convocatória da Assembleia Geral é de:

- a) Trinta dias, para as reuniões eleitorais;
- b) Quinze dias, para as restantes reuniões.

#### ARTIGO 58º

##### ORDEM DE TRABALHOS

1 - As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral mencionarão, com rigorosa objectividade, os assuntos que constituem a respectiva ordem de trabalhos, sendo nulas e de nenhum efeito as deliberações sobre assuntos nela não especificados.

2 - Em todas as reuniões da Assembleia Geral, exceptuando-se as eleitorais, haverá um período de meia hora para tratar de assuntos de interesse para o S.C.B., cumprida a ordem de trabalhos.



3 - Além das suspensões normais da sessão, determinadas pelo Presidente da Assembleia Geral, a Assembleia poderá deliberar suspender os trabalhos, devendo ser anunciada desde logo, a data, a hora e local da sua continuação.

#### ARTIGO 59º

##### DELIBERAÇÕES

1 - A Assembleia Geral deliberará, quando se encontre presente nas suas reuniões a maioria dos sócios contribuintes no pleno gozo dos seus direitos.

2 - A Assembleia Geral deliberará, com qualquer número de sócios presentes, trinta minutos depois da hora marcada, quando se não verificar o previsto do número anterior.

3 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pela maioria dos votos dos sócios presentes, salvo disposição legal em contrário:

- a) Cada sócio Honorário, Benemérito ou de Mérito, tem direito a dez votos;
- b) Cada sócio contribuinte até completar cinco anos de inscrição, tem direito a um voto;
- c) Cada sócio contribuinte com mais de cinco anos de inscrição e menos de dez, tem direito a cinco votos;
- d) Cada sócio contribuinte com mais de dez anos de inscrição, tem direito a dez votos;
- e) Caso algum sócio tenha mais do que uma das categorias de sócio referidas na alínea anterior, considera-se apenas que tem direito ao maior número de votos de uma dessas categorias, não sendo em caso algum os votos de categorias diferentes cumuláveis entre si.

4 - A capacidade de voto dos sócios nas reuniões da Assembleia Geral é presencial, pessoal e intransmissível não sendo permitido o voto por procuração.

#### ARTIGO 60º

##### ASSISTÊNCIA

Às reuniões da Assembleia Geral poderão assistir, em lugar próprio, para o efeito designado, mas sem direito a votar, as pessoas devidamente autorizadas pelo Presidente da Assembleia Geral.

#### ARTIGO 61º

##### COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

Ao Presidente compete:

- a) Participar nos actos sociais mais significativos do SCB.

- b) Convocar as reuniões da Assembleia Geral, dirigir e orientar os respectivos trabalhos, coadjuvado por dois Secretários;
- c) Convidar, de entre os sócios presentes os que forem necessários para o coadjuvar quando se certifique a falta dos titulares dos cargos referidos em b);
- d) Usar o seu voto de qualidade em caso de empate, excepto quando se trate de votação secreta;
- e) Apresentar à votação todos os documentos;
- f) Proclamar os sócios mais votados nas eleições para os Órgãos Sociais e empossá-los nos seus cargos, assinando os respectivos autos;
- g) Assistir às reuniões dos outros Órgãos Sociais, sempre que entender conveniente, sem direito a voto;
- h) Conceder a demissão aos Presidentes dos Órgãos Sociais e investir os respectivos substitutos;
- i) Assinar os termos de abertura e de encerramento dos livros do S.C.B. e rubricar todas as folhas;
- j) Promover pelo menos uma vez em cada ano uma reunião com todos os Presidentes dos Órgãos Sociais para análise da situação socioeconómica e desportiva do S.C.B. com vista à sua dignificação e prestígio.

#### ARTIGO 62º

##### COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE

Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.

#### ARTIGO 63º

##### COMPETÊNCIA DOS SECRETÁRIOS

Aos Secretários compete:

- a) Tratar de todo o expediente, redigir as actas, proceder à leitura destas bem como de todos os documentos entregues ao Presidente da Assembleia Geral e inscrever, pela sua ordem, os sócios que solicitarem o uso da palavra;
- b) Redigir os termos de posse;
- c) Registar e arquivar toda a documentação enviada ao Presidente da Assembleia Geral;
- d) Executar as demais tarefas que lhes forem cometidas pelo Presidente;
- e) Presidir aos trabalhos da Assembleia Geral nas faltas do Presidente e Vice-Presidente.

### SEÇÃO III

#### DIRECÇÃO

#### ARTIGO 64º

#### COMPOSIÇÃO

A Direcção do S.C.B. é constituída no mínimo por cinco membros, o Presidente e os demais Vice-Presidentes de entre os quais um deles terá de preencher, obrigatoriamente, o cargo de Vice-Presidente Financeiro.

#### ARTIGO 65º

#### COMPETÊNCIA DA DIRECÇÃO

Compete à Direcção do S.C.B., entre outras competências previstas na lei e nestes estatutos:

- 1) Representar o S.C.B.;
- 2) Cumprir e fazer cumprir os Estatutos e Regulamentos;
- 3) Administrar os recursos financeiros;
- 4) Administrar os recursos humanos com vista à sua optimização, podendo para tal proceder à admissão, reformulação, requalificação ou dispensa de trabalhadores;
- 5) Criar e organizar os serviços, bem como departamentos administrativos e técnicos que repute necessários;
- 6) Assinar compromissos e contratos desportivos com atletas e técnicos e deliberar a sua cedência ou dispensa;
- 7) Admitir os sócios contribuintes, correspondentes e atletas;
- 8) Nomear, de entre os sócios do S.C.B., dirigentes para as comissões e secções;
- 9) Deliberar sobre a participação de atletas e equipas do S.C.B. em festivais desportivos;
- 10) Deliberar sobre a cedência de instalações ou dependências do S.C.B., quando solicitadas para divulgação do desporto e festas associativas;
- 11) Celebrar escrituras e contratos;
- 12) Deliberar sobre a aquisição, alienação ou permuta de bens móveis e imóveis ou móveis sujeitos a registo, bem como aceitar ofertas ou doações;
- 13) Deliberar sobre a criação, suspensão ou extinção de qualquer secção desportiva;
- 14) Propor atribuição de louvores e láureas;
- 15) Nomear comissões especiais;

- 16) Elaborar propostas para atribuição pela Assembleia Geral da categoria de sócios honorários, beneméritos e de mérito;
- 17) Admitir filiais, delegações e “Castros” e proceder à sua exclusão;
- 18) Estabelecer normas para a representação do S.C.B. por parte dos atletas;
- 19) Elaborar regulamentos necessários;
- 20) Elaborar propostas de alteração aos Estatutos;
- 21) Propor alteração e fixação de quotas, bem como categoria e classe de sócios;
- 22) Elaborar o Orçamento anual até 30 de Junho de cada ano, o qual deve ser apreciado e aprovado na reunião ordinária da Assembleia Geral referida no ponto seguinte, sendo disponibilizado aos sócios para consulta juntamente com o Relatório de Contas;
- 23) Elaborar Relatório de Contas relativo ao ano social e económico findo para aprovação em Assembleia Geral;
- 24) Solicitar a convocação de reuniões extraordinárias da Assembleia Geral;
- 25) Instaurar e instruir processos disciplinares, aplicar as sanções da sua competência e propor à Assembleia Geral as sanções da competência desta;
- 26) Usar da competência disciplinar que os Estatutos lhe conferem e propor à Assembleia Geral aplicação de penalidades, que sejam da competência desta.
- 27) Deliberar, nos termos da legislação aplicável, sobre a constituição ou participação do S.C.B. em sociedades desportivas, respectivas condições de associação, bem como sobre a transferência para estas da totalidade ou parte dos direitos de que seja titular e que se encontrem afectos à participação nas competições desportivas profissionais na modalidade que integra o objecto da respectiva sociedade.

#### ARTIGO 66º

##### REUNIÕES

- 1 - As reuniões são convocadas pelo Presidente em exercício.
- 2 - Poderão assistir às reuniões da Direcção os Presidentes dos outros Órgãos Sociais, sem direito a voto.

#### ARTIGO 67º

##### DELIBERAÇÃO

As deliberações da Direcção serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente voto de qualidade.

## ARTIGO 68º

### RESPONSABILIDADE

1 - Os actos, omissões ou resoluções da Direcção que sejam contrários aos Estatutos ou às deliberações da Assembleia Geral não obrigam o S.C.B., sendo pessoal, ilimitada e solidária a responsabilidade dos membros daquele Órgão Social, salvo quando não tomarem parte nos actos ou resoluções ou votarem contra os mesmos, o que deve constar das actas.

2 - A aprovação pela Assembleia Geral do Relatório e Contas liberta os membros da Direcção da sua responsabilidade para com o S.C.B., salvo quando se provar que houve indicações falsas.

## ARTIGO 69º

### COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

1 - Compete exclusivamente ao Presidente da Direcção:

- a) Representar o S.C.B. em juízo e fora dele;
- b) Dirigir, fiscalizar e coordenar superiormente toda a gestão do S.C.B.;
- c) Distribuir funções pelos membros da Direcção, exceto o cargo de Vice-Presidente Financeiro o qual deve ser designado como tal na lista a submeter a sufrágio e eleito pela Assembleia Geral nessa qualidade;
- d) Convocar e presidir à reunião da Direcção e dirigir os respectivos trabalhos;
- e) Promover a execução das deliberações da Direcção em geral, e submeter à apreciação e aprovação dos Órgãos Sociais competentes as previstas nos presentes Estatutos;
- f) Exercer os demais poderes que lhe são atribuídos pela Lei, pelos Estatutos e Regulamentos do S.C.B.; e
- g) Representar o S.C.B. no Conselho de Administração das sociedades desportivas que constitua ou em que participe e outorgar as respectivas escrituras.

## .ARTIGO 70º

### SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE

1 - O Presidente da Direcção pode delegar as competências, previstas no número anterior.

2 - O Presidente será substituído nas suas ausências ou impedimentos por qualquer dos Vice- Presidentes da Direcção, por si designado.

#### ARTIGO 71º

#### VINCULAÇÃO DO CLUBE

1 - Para que o S.C.B. fique obrigado é necessário que os documentos sejam assinados pelo Presidente e pelo Vice-Presidente Financeiro.

2 - Para os efeitos do número anterior, aquelas competências podem ser delegadas, em quaisquer dos Vice-Presidentes da Direcção, conjuntamente ou em separado pelo Presidente e pelo Vice-Presidente Financeiro.

#### SECÇÃO IV

#### CONSELHO FISCAL

#### ARTIGO 72º

#### COMPOSIÇÃO

1 - Conselho Fiscal é composto por um Presidente, dois Vice-Presidentes e dois suplentes.

2 - Pelo menos dois membros deste Órgão deverão possuir habilitações adequadas.

#### ARTIGO 73º

#### COMPETÊNCIA

Compete ao Conselho Fiscal:

1 - Examinar trimestralmente, a contabilidade do S.C.B. e velar pelo cumprimento do Orçamento.

2 - Elaborar anualmente Parecer sobre as Contas do S.C.B. para elucidação da Assembleia Geral.

3 - Emitir Parecer sobre os projectos de regulamentos ou propostas de alteração aos Estatutos, na parte respeitante à vida financeira do S.C.B..

4 - Dar Parecer sobre os assuntos de carácter fiscal que lhe forem submetidos.

5 - Solicitar a convocação de reuniões extraordinárias da Assembleia Geral, quando a situação financeira do S.C.B. justifique.

#### ARTIGO 74º

#### COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

Compete ao Presidente:

- a) Distribuir funções pelos membros do Conselho Fiscal;
- b) Dirigir os respectivos trabalhos;
- c) Exercer os demais poderes que lhe são atribuídos pela Lei, pelos Estatutos e Regulamentos do S.C.B.;
- d) Exonerar os membros do Conselho Fiscal, bem como proceder à sua substituição;
- e) Assistir às reuniões da Direcção, sem direito a voto.

#### ARTIGO 75º

#### DELIBERAÇÕES

As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

#### ARTIGO 76º

#### REUNIÕES

O Conselho Fiscal reunirá, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que o Presidente o convoque ou qualquer dos outros Órgãos Sociais o solicite.

#### SECÇÃO V

#### CONSELHO GERAL

#### ARTIGO 77º

#### COMPOSIÇÃO

1 - Compõem o Conselho Geral:

- a) Os sócios contribuintes que tenham sido Presidentes dos Órgãos Sociais, que não desempenhem cargos nos Órgãos Sociais em exercício e se mantenham no pleno gozo dos seus direitos de sócios;
- b) Os sócios honorários, beneméritos e de mérito.
- c) Os sócios que sejam cooptados pelo próprio Conselho Geral, até ao máximo de 5 membros.

2 - O Conselho Geral terá um Presidente e dois Vice-Presidentes, eleitos pelos seus pares na primeira reunião de cada mandato, sendo os restantes vogais

3. O Presidente do Conselho Geral e os dois Vice-Presidentes terão que ser membros natos deste Órgão Social.

4. O Conselho Geral deverá, na primeira reunião de cada mandato, cooptar os membros a que se refere a al. c) do nº 1, de entre sócios contribuintes com mais de 25 (vinte e cinco) anos consecutivos de sócio.

5. Os membros cooptados exercem funções por mandato, cessando a sua condição de membro do Conselho Geral no final de cada mandato.

#### ARTIGO 78º

##### COMPETÊNCIA

Compete ao Conselho Geral exercer as funções que lhe são cometidas pelos Estatutos e, designadamente:

- 1) ,Indicar o Presidente da Direcção sem prejuízo do direito que aos sócios é cometido de apresentar outras candidaturas às eleições para os Órgãos Sociais do S.C.B.;
- 2) Solicitar a convocação da Assembleia Geral, sempre que entender necessário para os interesses do S.C.B.;
- 3) Emitir parecer, quando solicitado sobre quaisquer assuntos considerados de importância relevante para o S.C.B.;
- 4) Solicitar, fundamentadamente, a convocação da Direcção sempre que julgar conveniente;
- 5) Dar parecer não vinculativo sobre alterações estatutárias;
- 6) Pronunciar-se sobre litígios que envolvam o S.C.B.,
- 7) Autorizar, fundamentadamente, a candidatura de elementos não abrangidos pelas alíneas b) do art. 83.º.

#### ARTIGO 79º

##### COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

É da competência do Presidente:

- a) Orientar o Conselho, dirigir os trabalhos e convocar as reuniões.

#### ARTIGO 80º

##### REUNIÕES

1 - O Conselho Geral reunirá ordinariamente durante o mês de Setembro e, nos anos eleitorais, nos trinta dias posteriores a tomada de posse do Presidente da Direcção;

2 - Reunirá extraordinariamente:

- a) Por convocação do seu Presidente;



- b) Por solicitação de um terço dos seus membros;
- c) Por solicitação do Presidente da Assembleia Geral, da Direção ou do Conselho Fiscal.

3 - As decisões do Conselho Geral são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o Presidente o voto de qualidade.

#### ARTIGO 81º

#### SUSPENSÃO DE MANDATO

Os membros do Conselho Geral durante o período em que exerçam cargos noutros Órgãos Sociais do S.C.B. têm automaticamente suspenso o respectivo mandato.

#### CAPÍTULO IX

#### ELEIÇÕES

#### ARTIGO 82º

#### CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

1 - A Assembleia Geral Eleitoral é constituída por todos os sócios referidos no artigo 50º, inscritos até trinta e um de Dezembro do ano anterior ao das eleições, e que, na data do ato eleitoral, estejam em pleno gozo dos seus direitos.

2 - A contagem dos votos será feita de acordo com o preceituado no artigo 59º, número três.

#### ARTIGO 83º

#### CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

1 – Sem prejuízo do disposto no nº 7 do artigo 78º, só podem ser eleitos para os órgãos Sociais os sócios contribuintes que reúnam as seguintes condições:

- a) Sejam maiores de idade;
- b) Estejam inscritos como sócios contribuintes há pelo menos 15 anos consecutivos, no pleno gozo dos seus direitos e cumprimento dos seus deveres e obrigações, em relação à data de apresentação da candidatura; e
- c) Não tenham os seus direitos de sócios suspensos.

#### ARTIGO 84º

#### PRAZO DAS ELEIÇÕES

As eleições devem efectuar-se, preferencialmente, durante a segunda quinzena de Maio do ano em que termina o mandato, salvo quando motivo grave o não permita.

Neste caso, porém, deverão ser observados prazos da mesma duração dos previstos nos artigos que a tal se referem e integrados no presente capítulo.

#### ARTIGO 85º

##### CONVOCATÓRIA

Compete ao Presidente da Assembleia Geral convocar a Assembleia Geral Eleitoral, marcar data, local e período de funcionamento, assim como presidir ao apuramento e anunciar os resultados.

#### ARTIGO 86º

##### PROCESSO ELEITORAL

1 - A organização do processo eleitoral compete ao Presidente da Assembleia Geral, o que deve, nomeadamente:

- a) Organizar os cadernos eleitorais devendo estes estar patentes na sede do S.C.B. para consulta dos sócios até quinze dias antes do acto eleitoral;
- b) Receber e verificar as candidaturas;
- c) Promover a emissão dos boletins de voto.

#### ARTIGO 87º

##### APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

1 - A apresentação de candidaturas consiste na entrega ao Presidente da Assembleia Geral das listas contendo a designação dos membros a eleger, bem como a aceitação expressa dos candidatos.

2 - As listas de candidatos terão de ser subscritas por um mínimo de sócios no pleno gozo dos seus direitos que, no conjunto, representem cinco mil votos, não contando os elementos que as integram.

3 - Os candidatos serão identificados pelo nome completo legível, idade, residência e número de sócio.

4 - Os subscritores serão identificados pelo nome completo legível, assinatura e número de sócio.

5 - A apresentação de listas de candidatura será feita até quinze dias antes da data das eleições.

6 - Sem prejuízo do referido no número 7, as candidaturas contemplarão obrigatoriamente e conjuntamente os Presidentes e demais membros a eleger para os

seguintes Órgãos Sociais: Assembleia Geral, Direcção, Conselho Fiscal, sendo que todos têm de cumprir os requisitos referidos no art. 83.º.

7– Nas listas que compõem a candidatura deve especificar-se quem ocupa o cargo de Presidente e demais cargos conforme definido nestes Estatutos, sendo que no caso da Direcção deve ainda especificar-se quem ocupa o cargo de Vice-presidente Financeiro, o qual, no decurso do mandato será substituído pelo membro seguinte na lista (e assim sucessivamente) no caso de cessação de funções.

#### ARTIGO 88º

##### VERIFICAÇÃO DAS CANDIDATURAS

1 - A verificação das candidaturas far-se-á no prazo de três dias a contar do dia seguinte ao do encerramento do prazo da sua apresentação.

2 - Com o fim de suprir eventuais irregularidades encontradas, a documentação será devolvida, por protocolo, ao primeiro dos subscritores das listas, que deverá saná-las no prazo de dois dias.

3 - Findo o prazo referido no número anterior, o Presidente da Assembleia Geral Eleitoral decidirá, no dia subsequente, pela aceitação ou rejeição definitiva das candidaturas.

#### ARTIGO 89º

##### LISTAS DE VOTO

As listas de voto serão editadas pelo S.C.B., sob controlo do Presidente da Assembleia Geral, terão forma rectangular e serão em papel liso, não transparente, sem marca ou sinal exterior.

#### ARTIGO 90º

##### IDENTIFICAÇÃO DOS ELEITORES

A identificação dos eleitores será efectuada através do cartão de sócio, comprovando-se por talão próprio que a respectiva quota está em dia.

#### ARTIGO 91º

##### VOTO

1 - O voto é secreto.

2 - O voto terá de ser entregue, dobrado em quatro, a quem presidir á mesa de voto.

3 - A Assembleia Geral pode aprovar a utilização de meios electrónicos de votação, os quais devem garantir o disposto no número um, bem como certificar a identidade do votante.

4 – O voto é presencial, pessoal e intransmissível não sendo permitido o voto por procuração.

#### ARTIGO 92º

##### MESAS DE VOTO

1 - As mesas de voto serão constituídas por um Presidente e dois Vogais, designados pelo Presidente da Assembleia Geral Eleitoral, sendo obrigatória a presença simultânea e em permanência de pelo menos dos dois desses elementos junto de cada urna.

2 - O número e localização das mesas de voto serão determinados pelo Presidente da Assembleia Geral Eleitoral.

3 - Cada lista poderá credenciar, para cada mesa de voto, um fiscal efetivo e um suplente para o substituir no caso de impedimento definitivo ou temporário.

#### ARTIGO 93º

##### APURAMENTOS

1 - Logo que a votação tenha terminado, proceder-se-á ao apuramento final.

2 - Considera-se eleita a lista que obtiver maior número de votos.

3 - Dos resultados apurados no acto eleitoral, deverá dar-se conhecimento aos sócios imediatamente a seguir à contagem, através de comunicado a afixar na sede do S.C.B. e por quaisquer outros meios que forem julgados convenientes.

#### ARTIGO 94º

##### IMPUGNAÇÃO

1 - Pode ser interposto recurso com fundamento em irregularidades do acto eleitoral, o qual deverá ser apresentado ao Presidente da Assembleia Geral Eleitoral até três dias após o encerramento da respectiva Assembleia.

2 - A decisão do Presidente da Assembleia Geral Eleitoral será comunicada aos concorrentes por escrito e afixada na sede, no prazo de cinco dias.

3 - Da decisão do Presidente da Assembleia Geral Eleitoral cabe recurso, no prazo de cinco dias, para a Assembleia Geral que resolverá em última instância.

4 – Na falta de impugnação ou após decisão final sobre a mesma que a rejeite, consideram-se proclamados os resultados.

#### ARTIGO 95º

##### ACTO DE POSSE

O acto de posse dos Presidentes e demais membros eleitos da Assembleia Geral, da Direcção, do Conselho Fiscal realizar-se-á no prazo de dez dias após a proclamação definitiva dos resultados eleitorais.

#### ARTIGO 96º

##### CASOS NÃO PREVISTOS

A resolução de casos não previstos e das dúvidas suscitadas na aplicação deste capítulo será da competência do Presidente da Assembleia Geral Eleitoral.

#### CAPÍTULO X

##### DELEGAÇÕES, FILIAIS E “CASTROS”

#### ARTIGO 97º

##### CRIAÇÃO DE DELEGAÇÕES, FILIAIS E “CASTROS”

O S.C.B. poderá ter delegações, filiais ou Castros em qualquer parte do território nacional, bem como no estrangeiro.

#### ARTIGO 98º

##### DEFINIÇÃO DE FILIAIS E “CASTROS”

1 - Consideram-se filiais do S.C.B. todas as colectividades desportivas, legalmente constituídas, e a que tenham sido outorgados tal direito.

2 - Os “Castros do S.C. Braga” dedicam-se à promoção dos valores do S.C.B. dentro e fora do território nacional, à aproximação do clube dos seus adeptos e associados e à angariação de novos sócios, sediados em local distinto do concelho de Braga, autonomamente geridos e economicamente independentes do clube, mas vinculados ao cumprimento dos presentes estatutos em tudo quanto se lhes possa aplicar.

#### ARTIGO 99º

##### PEDIDO DE FILIAÇÃO E DE CONSTITUIÇÃO DE “CASTROS”

1 - Os pedidos de filiação deverão obedecer aos seguintes requisitos:

a) Apresentação dos Estatutos e insígnias ou seus projectos;

b) Certidão de acta comprovativa de que o pedido de filiação foi votado por uma maioria dos associados na respectiva Assembleia Geral.

2 - Os pedidos de constituição de “Castros” são submetidos através de formulário, a criar através de regulamento próprio.

#### ARTIGO 100º

##### CONSTITUIÇÃO DE “CASTROS”

1- É permitida a constituição de “Castros do S.C. Braga” em todo o território nacional e internacional, nos termos do artigo seguinte.

2 - Os “Castros” criados nos termos do número anterior denominar-se-ão “Castro do S.C. Braga de ...” seguido do nome da localidade a que respeitam.

3 - Os membros dos órgãos sociais das entidades referidas no número um do presente artigo serão, obrigatoriamente, sócios do S.C.B..

#### ARTIGO 101º

##### PARECER SOBRE PEDIDOS DE FILIAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE “CASTROS”

1 - Compete à Direcção submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral do S.C.B. o seu parecer sobre os pedidos de filiação.

2 - Compete à Direcção a aprovação da constituição de “Castros do S.C. Braga”, cumpridas que estejam as formalidades necessárias a cargo dos requerentes.

#### ARTIGO 102º

##### APOIO A FILIAIS, “CASTROS” E INTERCÂMBIO

1 - O S.C.B. prestará, tanto quanto lhe for possível, apoio técnico-desportivo, pedagógico, administrativo e moral às suas filiais e seus “Castros”, promovendo o intercâmbio desportivo e cultural com os seus grupos representativos.

2 - O S.C.B., através da sua direcção, estabelecerá, através de protocolos individuais, a extensão e alcance do apoio a conceder aos “Castros do S. C. Braga”.

#### ARTIGO 103º

##### RETIRADA DA QUALIDADE DE FILIAL e “CASTRO”

1 - Por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta fundamentada da Direcção, poderá ser retirada a qualidade de filial.

2 - A Direcção do S.C.B. pode, a qualquer momento, revogar a decisão de constituição de qualquer “Castro do S.C. Braga”, mediante aviso escrito dirigido aos órgãos sociais respectivos, enviado por qualquer meio legalmente admissível, onde constem os motivos que subjazem à decisão.

## CAPÍTULO XI

### DISSOLUÇÃO

#### ARTIGO 104º

#### CONDICIONALISMOS

1 - O S.C.B. só poderá ser dissolvido pela Assembleia Geral convocada expressamente para o efeito e por deliberação de três quartos de todos os seus sócios.

2 - No caso de ser votada a dissolução do S.C.B., a Assembleia Geral estabelecerá as disposições necessárias à distribuição do seu património.

3 - As taças e outros troféus serão entregues ao Município, sendo assim considerados seu património, mas condicionados à restituição se o S.C.B. vier a reconstituir-se.

4 - A reconstituição referida no número anterior, apenas terá lugar se na reconstituição do S.C.B., for superiormente reconhecida a identidade dos fins e a preservação das tradições que caracterizaram e definiram o S.C.B..

## CAPÍTULO XII

### PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES E CRIAÇÃO DE FUNDAÇÕES

#### ARTIGO 105º

#### PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DESPORTIVAS

O S. C. B. pode constituir ou participar como sócio ou acionista em sociedades desportivas nos termos da legislação aplicável.

#### ARTIGO 106º

#### FORMA DE ASSOCIAÇÃO NO CASO DE SOCIEDADES DESPORTIVAS

As sociedades desportivas que o S.C.B. constitua ou em que participe, deverão resultar da personalização jurídica das equipas que participem em competições desportivas profissionais.

#### ARTIGO 107º

#### TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS E PASSIVOS

O S.C.B. poderá transferir para as sociedades desportivas que constitua ou em que participe, a totalidade ou parte dos direitos e/ou deveres de que é titular, que se encontrem afectos à participação nas competições desportivas profissionais na modalidade que integra o objecto da respectiva sociedade.

#### ARTIGO 108º

##### PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES COMERCIAIS

- 1 - Sem prejuízo das obrigações previstas na lei o S.C.B. pode ser detentor de participações sociais de sociedades comerciais cujo objecto seja diverso do seu.
- 2 - A decisão sobre a participação em sociedades como as descritas no número anterior cabe à Direcção do clube.

#### ARTIGO 109º

##### FUNDAÇÃO

- 1 - No âmbito da sua atividade e para fins sociais, o S.C.B. pode criar uma Fundação a qual deverá adotar a designação “Fundação do S.C. Braga”, “Fundação do S.C. Braga Solidário” ou similar.
- 2 - A decisão sobre a criação da Fundação cabe à Direcção do clube, após parecer do Conselho Geral.

#### CAPÍTULO XIII

##### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### ARTIGO 110º

##### ANO SOCIAL

O ano social do S.C.B. inicia-se no dia 1 de Julho de cada ano e encerrará em trinta de Junho do ano seguinte.

#### ARTIGO 111º

##### ACTUALIZAÇÃO E NUMERAÇÃO DE SÓCIO

- 1 - A numeração de sócios deverá ser actualizada nos anos terminados em zero e cinco.
- 2 - Esta actualização será feita pela Direcção pelo exclusivo critério da antiguidade.



## ARTIGO 112º

### ESTATUTOS

Os presentes Estatutos só poderão ser alterados pela Assembleia Geral, mediante proposta de qualquer Órgão Social e nos termos da Lei, exigindo-se, para tanto, a maioria de, pelo menos, três quartos dos votos dos associados presentes na Assembleia.

## ARTIGO 113º

### REVOGAÇÃO

Os presentes Estatutos revogam todas e quaisquer normas regulamentares que o contrariem.

## ARTIGO 114º

### CASOS OMISSOS

Em todos os casos omissos deverão ser aplicadas as disposições para casos análogos dos próprios Estatutos ou de legislação geral.

## ARTIGO 115º

### REGULAMENTOS COMPLEMENTARES

Os regulamentos complementares a estes Estatutos devem ser presentes ao Conselho Geral, nos sessenta dias subsequentes à entrada em vigor das alterações estatutárias ora introduzidas.

## ARTIGO 116º

### ENTRADA EM VIGOR

Sem prejuízo da disposição transitória que se segue, os presentes Estatutos, aprovados na reunião da Assembleia Geral de Três de Fevereiro de 2024, passam a constituir a lei fundamental do Clube, entrando em vigor na data da outorga da escritura respectiva, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do art.º 168.º do Código Civil.

## ARTIGO 117º

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

- 1 - O mandato dos membros dos actuais Órgãos Sociais terminará regularmente, cumprindo-se o quadriénio actualmente em curso.
- 2 - O acto eleitoral para designação de novos membros para os Órgãos Sociais realizar-se no mês respectivo conforme os presentes estatutos, mas apenas após o termo do

mandato actual; os membros dos órgão estatutários actuais mantêm-se em funções plenas até às eleições.

3 – Todos os sócios pagantes e quotas conforme deliberação prévia da Assembleia Geral passam a ser formalmente e automaticamente considerados sócios contribuintes, com a subcategoria corresponde se for o caso.

4 - Sempre que por via dos Estatutos agora aprovados passe a ser exigida deliberação da Assembleia Geral em relação a determinadas matérias, considera-se que as deliberações ou decisões anteriores se mantêm em vigor, transitoriamente, até nova deliberação.